

nido pelo artigo 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, com referência ao artigo 202.º, alínea d), praticado em 7 de Fevereiro 1996, um crime de falsificação de documento, cinco previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea a), por referência ao artigo 255.º, alínea a) do Código Penal, praticado em 7 de Fevereiro de 1996, um crime de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 7 de Fevereiro de 1996, ou seja na pena única de dois anos e três meses de prisão, de que por despacho de 6 de Dezembro de 2005, este foi declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 335.º e 476.º, ambos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *José Guilhermino F. M. Freitas*. — O Oficial de Justiça, *Amador Afonso*.

Aviso de contumácia n.º 1498/2006 — AP. — O Dr. José Guilhermino F. M. Freitas, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Bragança, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 643/04.3PBBGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Ingus Jerins, com domicílio na Rua Santa Iria, 8, Vila Real, 5000 Vila Real, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 23 de Outubro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, ou respectivas renovações, bem como certidões junto de qualquer conservatória de registo de autoridade pública, notário, freguesia, município, consulado ou embaixada portuguesa (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

7 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *José Guilhermino F. M. Freitas*. — A Oficial de Justiça, *Emília Silva*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

Aviso de contumácia n.º 1499/2006 — AP. — A Dr. Ana Margarida M. Fernandes, a juíza de direito da 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 345/04.OTABGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Alcino Horácio Miguel Miranda, titular do bilhete de identidade n.º 3861419, com domicílio na Algozo, Vimioso, 5230 Vimioso, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

16 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Ana Margarida M. Fernandes*. — A Oficial de Justiça, *Rita Pinto*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE CABECEIRAS DE BASTO

Aviso de contumácia n.º 1500/2006 — AP. — A Dr.ª Diana Pereira Simões Mouta Faria, juíza de direito da Secção Única do Tribunal Judicial de Cabeceiras de Basto, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 380/05.1TBCBC, pendente neste Tribunal contra o arguido Ricardo José Barbosa de Carvalho, titular do bilhete de identidade n.º 9900574, com domicílio na Lugar do Ribeiro, Fala, 4860 Cabeceiras de Basto, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 20-A/90 e Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de Novembro, praticado em 2 de Fevereiro de 1998, por despacho de 7 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado em juízo.

7 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Diana Pereira Simões Mouta Faria*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Bizarro*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO CADAVAL

Aviso de contumácia n.º 1501/2006 — AP. — O juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca do Cadaval, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 32/97.4GACDV, pendente neste Tribunal contra o arguido Félix Manuel Gaspar Gomes, filho de Agostinho Bento Gomes e de Maria Adalinda Gaspar de Jesus Gomes, nascido em 17 de Julho de 1973, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10634421, com domicílio na Lagoa das Ceiras, Abiul, Pombal, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, com referência ao artigo 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 14 de Março de 1997, por despacho de 7 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

9 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*). — O Oficial de Justiça, *Inês Cruz*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso de contumácia n.º 1502/2006 — AP. — A Dr.ª Cristina Cruz, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 11/98.4PACLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel dos Santos Mateus, filho de José Manuel Maria Mateus e de Maria Teresa Henriques dos Santos Mateus, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Novembro de 1966, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7659500, com domicílio na Rua D. João da Câmara, 4, São Cristóvão, 2500 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 1 de Fevereiro de 1998, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Cristina Cruz*. — A Oficial de Justiça, *Idália Maria P. B. R. Lourenço*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso de contumácia n.º 1503/2006 — AP. — A Dr.ª Isabel Baptista, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca

de Caldas da Rainha, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 236/94.1TACLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Filipe dos Santos Galeano, com domicílio na 41 Rue Vandome, 69003 Lion, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelos artigos 21.º, n.º 1, e 24.º, alínea h), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, por despacho de 10 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por sido absolvido nestes autos por sentença de 11 de Maio de 2004.

6 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — A Oficial de Justiça, *Fernando Vicente*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CANTANHEDE

Aviso de contumácia n.º 1504/2006 — AP. — O Dr. Miguel Veiga, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Cantanhede, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 228/95.3TBCNT (anterior processo: n.º 154/96), pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Adelaide Santos da Silva Ferreira, filha de Mário Neto da Silva e de Eurídia da Silva Ferreira, natural da freguesia de Covões, concelho de Cante — nhe, de nacionalidade portuguesa, nascida em 4 de Fevereiro de 1960, casada (regime: desconhecido), doméstica, titular do bilhete de identidade n.º 6767158, com domicílio na 66 Bd de Stalingrad, 94500 Champigny S. Marne, França, por se encontrar acusada da prática, em co-autoria material, de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência aos artigos 313.º n.º 1, e 314.º, alínea c), do Código Penal, redacção originária e 217.º, n.º 1 e 218.º n.º 1 na actual, por despacho de 4 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por a arguida se ter apresentado em juízo.

5 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Miguel Veiga*. — A Oficial de Justiça, *Maria Delfina Marques*.

Aviso de contumácia n.º 1505/2006 — AP. — O Dr. Miguel Veiga, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Cantanhede, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 193/03.5GBCNT, pendente neste Tribunal contra o arguido António Augusto Monteiro, filho de José Augusto Monteiro e de Maria Monteiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 27 de Setembro de 1986, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 14514822, com domicílio no Acampamento Cigano, em Vila Franca, Araze, 3140 Araze, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, praticado em 8 de Abril de 2003, por despacho de 22 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção do arguido.

6 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Miguel Veiga*. — A Oficial de Justiça, *Maria Delfina Marques*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

Aviso de contumácia n.º 1506/2006 — AP. — A Dr.ª Célia Maria Silva Cardoso, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 228/01.6GACTX, pendente neste Tribunal contra o arguido Marco Paulo da Costa Vicente, filho de Carlos Alberto Ramos Vicente e de Maria da Costa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Janeiro de 1984, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11843937, com domicílio na Rua Sabino de Sousa, 116, 1.º direito, 1000 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de sequestro, artigo 158.º do Código Penal, praticado em 10 de Setembro de 2001 e um crime de coacção sexual, previsto e punido pelo artigo 163.º do Código Penal, praticado em 10 de Setembro de 2001, por despacho de 25 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos ter-

mos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

2 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Célia Maria Silva Cardoso*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Teixeira*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

Aviso de contumácia n.º 1507/2006 — AP. — A Dr.ª Teresa Catrola, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 229/00.1GTALQ, pendente neste Tribunal contra o arguido José de Oliveira Afonso, filho de Domingos de Sousa Afonso e de Custódia Maria Gomes de Oliveira, natural de Vila Verde, Pico, Vila Verde, nascido em 8 de Março de 1972, separado de facto, com a profissão de cozinheiro, titular do bilhete de identidade n.º 10934607, com domicílio no lugar do Outeiro, Pico de São Cristóvão, 4730 Vila Verde, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 31 de Julho de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

5 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Teresa Catrola*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Guerreiro*.

Aviso de contumácia n.º 1508/2006 — AP. — A Dr.ª Teresa Catrola, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 258/02.0PACTX, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge dos Santos Lai, filho de Nuno da Costa Lai e de Fernanda Maria da Silva dos Santos, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Novembro de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13454409, com domicílio na Jardim de Baixo, Casal do Bravo, Santarém, 2000 Santarém, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 2 de Agosto de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Teresa Catrola*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Guerreiro*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

Aviso de contumácia n.º 1509/2006 — AP. — O Dr. Jorge Martins, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Castelo Branco, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 379/03.2PBCTB, pendente neste Tribunal contra o arguido Rosemberg Narvaez Lianos, filho de Luís Jesus e de Nefredta Llanos, natural de Colômbia, de nacionalidade colombiana, nascido em 23 de Setembro de 1978, solteiro, com domicílio na Urbanização Quinta Dr. Beirão, lote 14, 7.º direito, Castelo Branco, 6000 Castelo Branco, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos do cônjuge ou análogo, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.ºs 1 a 3 e 6, do Código Penal, praticado em 6 de Maio de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Pro-